

LEI ORDINÁRIA Nº 1199

de 15 de janeiro de 2020

"Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2020 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. .

Art. 1 º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2020, nos termos do§ 5º do art. 165 da Constituição Federal, do art. 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, das normas da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e do art. 119 da Lei Orgânica do Município, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta.

Art. 2º - *A receita orçamentária, a preços correntes e conforme legislação tributária vigente é estimada em R\$ 81.655.202,65 (oitenta e um milhões, seiscentos e cinqüenta e cinco mil, duzentos e dois reais e sessenta e cinco centavos), desmembrada da seguinte forma:*

I- *Orçamento Fiscal em R\$ 45.588.044,94*

II- *Orçamento de Seguridade Social em R\$ 36.067.157,71.*

Art. 3º - *As receitas orçamentárias são estimadas por categoria econômica e fonte, conforme disposto nos anexos correspondentes e será realizada com base no que for efetivamente arrecadado, na forma da legislação em vigor.*

Art. 4º - *A despesa orçamentária, fixada no mesmo valor da receita estimada, desdobrada na forma disposta nos anexos integrantes desta Lei, sendo especificada por funções de governo e por órgãos e unidades orçamentárias, nos seguintes agregados:*

I - *Orçamento Fiscal em R\$ 45.588.044,94 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos);*

II- *Orçamento da Seguridade Social em R\$ 36.067.157,71 (trinta e seis milhões, sessenta e sete mil, cento e cinqüenta e sete reais e setenta e um centavos).*

Art. 5º - *Integram a presente Lei os anexos constantes do art. 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 e aqueles dispostos no art. 2º da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.*

Art. 6º - *Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas*

necessárias para ajustar as despesas ao efetivo comportamento das receitas com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 7º - *Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2020, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 8% (oito por cento) do total das despesas constantes dos elementos que integram esta Lei, utilizando como fontes de recursos aquelas referidas nos incisos I a III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.(NR).*

Art. 8º - *Fica o Poder Executivo autorizado, no interesse da Administração, a efetuar a centralização parcial ou total de dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias da administração direta, na forma do disposto no art. 66 e seu Parágrafo único, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.*

Art. 9º - *Conforme disposto na Lei nº 1186, de 05 de julho de 2019 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o valor da reserva de contingência e de R\$ 515.183,98 (quinhentos e quinze mil, cento e oitenta e três reais e noventa e oito centavos), para atendimento ao disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, bem como ao atendimento de despesas com dotação insuficiente, conforme disposto no art. 8º da Portaria Interministerial nº 163/2001, do Governo Federal.*

Art. 1º - *Os Planos de governo em vigência , Lei de Diretrizes Orçamentárias -LDO e Plano Plurianual -PPA, passam a incorporar as alterações verificadas nesta Lei. (NR)*

Art. 11 - *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1 º de janeiro de 2020 .*

Rio Verde de Mato Grosso (MS), 15 de Janeiro de 2020

MÁRIO ALBERTO KRUGER*Prefeito Municipal*

Lei Ordinária Nº 1199/2020 - 15 de janeiro de 2020

